

IANNI (Octávio). — *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1971. 186 pp.

Neste seu último livro o Prof. Octávio Ianni reúne uma série de oito ensaios publicados desde 1961 em diversas revistas especializadas do país e do exterior. Os diversos assuntos aqui abordados revelam, porém, uma preocupação comum e bem determinada: elucidar qual a correspondência entre o pensamento teórico e as condições de existência social ou, mais particularmente, em que medida — através da análise crítica das produções sociológicas — poder-se-iam desvendar as “relações de reciprocidade existente entre o pensamento científico e as configurações sociais de vida” (pág. 7).

Em dois trabalhos anteriores (*Sociologia da Sociologia e Sociologia e Dependência Científica*), o Autor examina os diversos métodos e teorias que têm orientado as investigações sociológicas no continente — inclusive fazendo um balanço dos objetivos teóricos e realizações das principais organizações de pesquisa (Cepal, Flacso, Unesco, Claps Ulpes etc.) bem como a natureza do intercâmbio existente com os centros “mais avançados” da Europa e Estados Unidos. Mostra como inúmeros dos “dilemas teóricos” com os quais a Sociologia Latino-Americana se defronta são equívocos e irrelevantes tal como, por exemplo, a concepção de que existiria uma oposição radical entre a “indução quantitativa” e “indução qualitativa”, ou ainda, entre o método monográfico e as interpretações globalizantes (no clássico maniqueísmo: ensaísmo versus Ciência). No cap. II demonstra que tais “impasses teóricos”, assim como muitos problemas e temas sobre os quais trabalham os cientistas sociais na América Latina, advêm precisamente das relações que se estabelecem com os centros de “maior prestígio” do exterior quando não são sugeridos pelos organismos financiadores das bolsas de pesquisa (Unesco, Oea, fundações norte-americanas etc.). Esse “efeito de demonstração” nas Ciências sociais fica plenamente elucidado no cap. III (“Estudo de comunidade e conhecimento científico”); com o estudo monográfico — a “expressão mais clara das influências dos estudos sociais desenvolvidos no Estados Unidos sobre as investigações realizadas no Brasil” (pág. 68) — ganha-se em “precisão e rigor na observação e tratamento descritivo dos eventos” mas perde-se muitas vezes “a riqueza e a desenvoltura no uso criador da inteligência” (pág. 70). A crítica fundamental a toda esta sociologia de matiz funcionalista está na hipostasiação do método ou nas palavras do Autor: “o que era uma solução metodológica (observação da realidade) tem sido confundido como um modelo teórico de compreensão da realidade” (pág. 80).

O “uso criador da inteligência” é exatamente aquilo que Wright Mills denominou a “imaginação sociológica”. O Prof. Ianni discute no cap. VII (“A crise do pensamento sociológico”) as teses daquele sociólogo “divergente”, preocupando-se basicamente em mostrar que ao ignorar os “clássicos” da Sociologia (Durkheim, Weber, Comte, Max) — por razões de ordem nitidamente ideológicas — a maioria dos sociólogos norte-americanos da escola funcionalista Parsons, Lazarsfeld e outros) dei-

xou-se “embriagar pela sintaxe” e foi dominada por uma espécie de “delírio empirista”. Afastaram-se, assim, dos requisitos da *imaginação sociológica* que “habilita o cientista a compreender as ligações entre a história e os indivíduos como componentes básicos no sistema societário” (pág. 148). Ainda no cap. I vamos encontrar uma crítica radical a essa sociologia do equilíbrio e da normalidade: “em última instância, solicita-se o trabalho do cientista para “validar” ou “invalidar” uma configuração social presente... a transformação do sociólogo em técnico ocorre nesse contexto. Pouco a pouco a sociologia desenvolve-se a sua conotação de técnica de resolução de tensões ou canalização destas em direções “não-destrutivas” (pág. 121).

Em três partes do livro (caps. IV, V e VII) o Autor procede a uma análise crítica de teorias de desenvolvimento que têm sido objeto de consideração na América Latina por parte dos setores governamentais, grupos e partidos políticos, centros de pesquisas etc. Valendo-se do conceito de *dependência estrutural* — “é o produto e condição mesma do modo de produção capitalista, quando êle compreende dois ou mais países desigualmente desenvolvidos” — procura demonstrar que o desenvolvimento não é só função de rupturas político-econômicas internas e externas como também é função do caráter global ou parcial dessas mesmas rupturas. Assim, as políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos de vários países latino-americanos (através da política de “substituição de importações”) evidenciou que não houve ruptura alguma, ao contrário a industrialização havida renovou, acelerou e aprofundou a dependência econômica nacional em face dos capitalismo mundiais. Daí, no entender do Autor, o caráter reformista — não-revolucionário — de tais mudanças ocorridas nos últimos anos.

Neste balanço crítico da sociologia latino-americana, o Prof. Ianni abre como que um parêntesis para ressaltar o trabalho pioneiro realizado por Florestan Fernandes dentro da Universidade brasileira (cap. VI — “Problemas de explicação na Sociologia”). “O modelo de investigação científica preconizado por êle, cujos fins explicativos podem ser atingidos ao nível da explanação descritiva ou da interpretativa, traz consigo todos elementos para a eliminação do clássico dilema apontado por Simiand” (“nem teorias de fatos, nem fatos sem teorias” (pág. 121).

Apreciação.

I. — O principal interêsse dêste mais recente trabalho do Prof. Octávio Ianni reside, a nosso ver, no relacionamento que êle estabelece entre o nível da prática científica e as mais instâncias que compõem a totalidade social. Sem pensar prática teórica (ciência) com o resultado mecânico ou meramente “superestrutural” das configurações sócio-econômicas, nem conferindo a ela uma plena autonomia, exemplifica concretamente nos seus diversos ensaios como ocorrem as determinações recíprocas entre a produção sociológica e as formações sociais que constituem a realidade latino-americana.

Tôda tentativa de se impôr às ciências humanas o modelo teórico das ciências físicas — paradigma tradicional de cientificidade — implica em metamorfosear aquelas em *técnicas* do contrôle social. Aquêles que teóricamente negam as determinações recíprocas entre o pensamento científico e as configurações sociais são justamente os que pela sua prática teórica procuram oferecer “soluções” aos problemas sociais mais imediatos (conflitos industriais, crises conjunturais, planejamento familiar etc.). Passam a intervir no processo social, negando, pois, os seus pressupostos (ideológicos) da “objetividade” e da “neutralidade”.

O que nos estranha, porém, é que o Prof. Ianni identifica aquela sua postura crítica com os vagos princípios de explicação da “sociologia do conhecimento” (pág. 7). Para nós, a análise concreta que faz em seus diversos ensaios tem um alcance metodológico bem mais preciso e determinado do aquêle oferecido por aquela disciplina de matiz historicizante.

I. — Na última parte de seu livro o Prof. Ianni busca oferecer a sua contribuição no sentido de elucidar um nôvo conceito que aos poucos vai ganhando “foros de cidadania” no seio de um determinado setor das ciências sociais latino-americanas: o conceito de *dependência*. (Um exame mais detido da obra do Prof. Ianni revela que é êle um dos pioneiros na introdução dêste termo-conceito).

Nêste ensaio julga necessário ampliar o alcance desta categoria: “julgamos indispensável utilizar a expressão composta *dependência estrutural* para exprimir a perspectiva mais radical. Isto significa que não podemos compreender as relações e processos envolvidos na dependência senão compreendendo-os como elementos de uma configuração histórico-estrutural” (págs. 178-9). Definindo a dependência estrutural como resultado e condição do modo de produção capitalista — quando êste é levado à expansão internacional, entende que os conceitos de dependência e imperialismo são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Completa sua discussão ao advertir que a dialética imperialismo/dependência não se reduz nem se esgota nas relações entre países e estados. Aprofundar a análise implica em se passar à esfera das relações sociais de produção. Está exatamente aqui, adverte o autor, a natureza do intercâmbio imperialismo/dependência.

A nosso ver o Prof. Ianni nesta sua análise não cai nas ciladas de alguns “teóricos da dependência” que pretendem conferir ao conceito dimensões exorbitantes. Por exemplo, entendê-lo sob uma perspectiva totalizante. Como esclarece o Prof. Fernando H. Cardoso ao se defender exatamente desta crítica: “teóricamente o conceito de dependência é “reflexo”. . . será explicado por conceitos que constituem a teoria do capitalismo na fase imperialista, não explicando — obviamente — o Imperialismo” (pág. 35 in *Estudos 1* — edições Cebrap, 1971).

A utilização do conceito pelo Autor não coresponde igualmente a nenhuma tática de natureza eufemística (substituir em certos círculos o incensado e proibido con-

ceito de Imperialismo) ou, que seria teoricamente mais grave, estabelecer um confronto alternativo entre as Teorias da Dependência e Teoria do Imperialismo.

Mas, mesmo nos advertindo de possíveis interpretações teoricamente equívocas do conceito, fica para nós insuficientemente determinado o estatuto da categoria em questão. Em outras palavras, questionamos as possibilidades teórico--explicativas da utilização e elaboração e de uma “Teoria da Dependência”.

Para nós, o conceito desempenha, de um lado, as funções da ideologia na medida que é a maneira pela qual certos grupos ou classes sociais “vivem” as suas formas concretas de participação dentro da prática social (maneira específica de “viver” a totalidade que pode ser traduzida em práticas políticas diversas: revolucionária ou reformista; de alianças ou rupturas etc.). De outro lado, serão apenas os modelos formais (o conceito de Modo de Produção) e os sistemas significantes que constituirão o objeto científico (conhecimento das formações sociais e das formas diversas de suas relações) a partir da redução das significações (generalidades) secretadas por essa prática ideológica.

A dependência, não sendo uma categoria explicativa ou fundante, terá então sua natureza e alcance devidamente elucidados como categoria ideológica ou, quando muito, como conceito *problemático* (no sentido crítico) ou *sintomático* (na acepção althusseriana) na medida que indica a necessidade de se constituir um quadro formal que objetive os problemas apontados (ou designados) por êle. E é como tal, que se justifica a nosso ver a cidadania e validade ao conceito no terreno das ciências sociais contemporâneas.

III. — Talvez não tenha sido intenção do Autor explicitar os seus pressupostos metodológicos: nós os encontramos, freqüentemente, no seu “estado prático” ou seja presentificados no interior da obra.

Nesse sentido, alguns equívocos podem ser suscitados a partir da utilização de alguns conceitos. Tomemos uma dessas noções a categoria de Totalidade. No cap. IV êle empresta o mesmo sentido aos conceitos de totalidade *histórica* e totalidade *histórico-estruturada*.

A dificuldade, a nosso ver, surge quando se adjetiva o conceito de totalidade pois a partir daí estamos diante dum nôvo objeto. Daquilo que era um *modelo* passamos à determinação dum *objeto* concreto, real, singular. Ou seja, daquilo que era condição (modelo estrutural) de possibilidades de se constituir um conhecimento passamos para o nível do próprio *objeto-estruturado*.

Para nós *históricamente estruturado* são as formações sociais e não o conceito teórico (categoria de Totalidade). A rigor, aceitando-se as distinções de Poulantzas, o modelo formal não existe — no sentido forte do termo — na realidade tendo, pois, o caráter de construção teórica. Confundir aqueles dois níveis de concreticidade é

cair nas armadilhas do empirismo, denunciado pelo próprio autor em vários momentos dêste seu próprio trabalho.

IV. — Esta nossa apreciação — que se pretende crítica — do livro do Prof. Octávio Ianni busca, antes de tudo, indicar alguns problemas de caráter teórico que a leitura da sua obra nos oferece. Só por êste aspecto “Sociologia da Sociologia” se justifica plenamente como possibilidade — e pretexto — para um debate mais amplo sôbre o estatuto teórico das Ciências Humanas. Daí seu valor e pertinência.

CAIO NAVARRO DE TOLEDO

*

* *

HOBBSAW (E. J.). — *Rebeldes primitivos*. Tradução de Nice Rissone. Zahar Editôres. Rio de Janeiro. 1970. 244 páginas.

“Os bandidos e os salteadores de estradas preocupam a polícia, mas deveriam, também, preocupar os historiadores sociais”. Com esta frase inicial, o Professor E. J. Hobsbawn empreende um importante estudo sôbre as formas arcaicas dos movimentos sociais dos séculos XIX e XX: banditismo do tipo Robin Hood, sociedades secretas rurais, movimento camponeses do gênero milenário, motins urbanos pré-industriais e conseqüentes tumultos, certas seitas religiosas trabalhistas e o uso do ritual em organizações revolucionárias e operárias primitivas. Como vê o leitor, trata-se de “programa” vasto, que o ilustre professor da Universidade de Londres nos apresenta neste livro publicado em 1965, mas lançado entre nós em fins de 1970 por Zahar Editôres (*Rebeldes Primitivos*, trad. de Nice Rissone, Rio de Janeiro, 1970, 244 págs., Biblioteca de Ciências Sociais). Complementando — e documentando o volume —, o autor juntou diversos *dossiers* que ilustram os pensamentos e as afirmações das pessoas que tomaram parte em tais movimentos, conforme vêm ôscritos no livro, “de preferência empregando as expressões por elas usadas”, o que dá ao seu trabalho maior cunho de autenticidade.

Na maior parte, o campo pesquisado pelo autor é a Europa ocidental e meridional, especialmente a Itália, que tôda uma conjuntura social, econômica e política vai tornar, pode-se dizer, o campo ideal para movimentos dessa natureza. Bastaria a *Mafia* e os movimentos calabreses para exemplificar. O autor admite que o “leitor curioso” talvez possa ler seu livro simplesmente como uma descrição de alguns fenômenos sociais que são interessantes e pouco conhecidos, apesar de terem, já de há muito, sido objeto de boa literatura especialmente em inglês, mas lembra que seu trabalho não visa apenas à descrição, mas à análise e à explicação, sem as quais não passaria, com efeito, de mero relato curioso. Longe disto, o que Hobsbawn nos oferece é uma preciosa contribuição à história social do último século e meio.